
PESQUISA ENQUANTO INTERVENÇÃO, TRADUÇÃO, COMPREENSÃO E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS: nuances da interação verbal pesquisador-pesquisado^(*)

Tatiana Cristina Vasconcelos^(**)

INTRODUÇÃO

*Aquele que pratica um ato de compreensão
passa a ser participante do diálogo.
(Mikhail Bakhtin)*

*De um jeito ou de outro, estamos sempre traduzindo,
comparando, escolhendo.
(Marília Amorim)*

A partir das epígrafes trazidas no início deste texto, pretende-se dar o tom de por onde caminhará a reflexão nodal que pretendemos trazer aqui. Objetivamos, pois, discutir que toda pesquisa, em suas diversas faces, é tradução e diálogo em um sentido bakhtiniano, na qual estamos sempre comparando, escolhendo, compreendendo, traduzindo. Tudo que um autor escolhe trazer ao apresentar as nuances de uma pesquisa de campo faz parte de um todo social mais amplo, muito é deixado de fora, por isso, o texto da pesquisa, ao apresentar o campo e seus movimentos, é sempre um ato valorativo, mesmo quando não se assume.

As reflexões que embasam este texto foram se engendrando no processo de doutoramento, que permitiu (com)viver com algumas inquietações a respeito da racionalidade presente no fazer pesquisa científica e no formar-se pesquisador nas Ciências Humanas¹. Especificamente, configura tais inquietações o desafio da formação para a pesquisa no contexto de uma ciência comunicativa, dialógica, responsiva e emancipatória e que considera o real como se apresentando para o pesquisador semioticamente. Uma vez que a realidade é mediada pela linguagem, esta e o próprio homem são objetos sócio-históricos, portanto, em construção. Consideramos oportuno iniciar por

^(*) Este texto é parte constitutiva da Tese de doutorado em Educação intitulada *Jovens e Linguagem: um texto no contexto do ProJovem Trabalhador de Patos (Paraíba)*, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da professora Rita Marisa Ribes Pereira, a quem agradeço imensamente.

^(**) Licenciada e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Universidade Estadual da Paraíba e das Faculdades Integradas de Patos (FIP). E-mail: vasconcelostc@yahoo.com.br.

¹ Baseando-se em Marília Amorim – *O pesquisador e seu outro – Bakhtin nas Ciências Humanas* – adotar-se-á no decorrer do texto apenas o termo Ciências Humanas, não distinguiremos, portanto, Ciências Sociais das Humanas, uma vez que partimos da consideração da natureza social do humano.

uma apresentação de alguns dos aspectos teórico-metodológicos que embasam este saber e fazer científico, desafios vivenciados no cotidiano.

Como objetivo geral tínhamos analisar o que dizem os jovens do ProJovem Trabalhador de Patos (PB) sobre sua condição juvenil e como se enunciam a si mesmos, buscou-se saber como os participantes do contexto dessa política constroem discursivamente a si e ao outro. Portanto, a realização desta pesquisa buscou nas diversas interações com o *outro* – neste caso os jovens –, a fonte para construir conhecimentos e constituir cultura, por considerar que os discursos da vida cotidiana refletem ideologicamente as ideias e valores da sociedade em que são produzidos. Admitindo as relações assimétricas de poder que tradicionalmente envolvem pesquisador e pesquisado, buscou-se instaurar a alteridade e a dialogia ao interagir com os jovens do estudo (VASCONCELOS, 2009).

A sustentação teórico-metodológica da trajetória de pesquisa foi produzida em diálogo com a filosofia da linguagem de Mikhail Mikhailovitch Bakhtin (1992, 2003, 2010), da qual deriva o presente texto. A atividade de pesquisa, como aqui defendemos, é um acontecimento no sentido bakhtiniano, pois por ser um processo de interlocução e produção de sentidos, implica um modo de ser no mundo, uma articulação entre ética, estética e conhecimento. Além disso, representa um ato político na medida em que provoca os envolvidos para a construção de sentidos compartilhados acerca dos temas das interlocuções.

Amorim (2004) possibilita uma compreensão do termo pesquisa, ao abordá-lo em sua acepção ampla, pois considera que as práticas de formação, de intervenção, de consultoria, ou mesmo de clínica constituem também pesquisa na medida em que produzem um saber e adquirem a forma sistematizada de um texto tornado público. Pesquisar é um processo de desencantamento e encantamento simultâneos do mundo físico e social. Pesquisar é também penetrar na intimidade das camadas de leitura que vão sendo construídas pelo pesquisador através da sua interação simbólica no mundo.

A pesquisa como conhecimento de si, como revisitar-se e reconhecer-se, leva-nos a compreender os processos de produção científica atravessados pela vida. Essa é uma proposta também de construção textual, visto que todo conhecimento deve ser também reconhecimento, pois precisa fazer sentido para quem o produz e para os que se relacionam com ele. Assim, parte do movimento dessa outra maneira de viver a pesquisa é o que trago aqui.

Considerando que as visões de homem e de mundo subjacentes a uma determinada perspectiva teórica marcam toda a sua organização metodológica e estrutura conceitual, bem como

pensando as implicações da escolha teórico-metodológica como uma opção ética e política, são trazidos como interlocutores as propostas de uma perspectiva sócio-histórica, dialética e crítica da cultura, que tem no dialogismo e na alteridade uma de suas principais vertentes.

Os conceitos de dialogismo e alteridade como desenvolvidos por Bakhtin, no campo da Teoria da Linguagem, contribuem para a abertura de outras formas de compreensão da cultura e da subjetividade e, mais especificamente do viver e fazer pesquisa, abrindo novas perspectivas para abrangência do processo de produção de conhecimento abandonando o *sobre* e adotando o *com* os sujeitos, abandonando a relação “eu-isso” para adotar uma do tipo “eu-tu”. O que é tanto uma concepção e forma de estar no mundo como um estilo de escrita (AMORIM, 2004).

Foi buscando conciliar dialogismo e alteridade, que se partiu das contribuições da abordagem sócio-histórica pautada no materialismo histórico-dialético, no intuito de pensar possibilidades de caminhos e de procedimentos teóricos e metodológicos que, sem abrir mão do compromisso com o rigor, possibilitam construir uma pesquisa autocrítica e uma ciência ética e democrática. Assim, buscaram-se as contribuições da abordagem qualitativa e da pesquisa-intervenção como arquiteturas para pensar a pesquisa dialógica e alteritária.

PESQUISA QUALITATIVA E PESQUISA-INTERVENÇÃO: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS

A relevância da pesquisa de abordagem qualitativa assume-se quando o objetivo do estudo é trazer à tona as subjetividades, as percepções, as opiniões, pois esta permite revelar teias relacionais e processos sociais pouco conhecidos referentes a grupos particulares, sendo uma abordagem que se conforma melhor a investigação de grupos e seguimentos delimitados e focalizados, considerando as histórias sociais sob a ótica dos atores, o que permite a elucidação de processos sociais ainda pouco conhecidos. A abordagem qualitativa se responsabiliza por questões muito particulares, e tem como preocupação um nível da realidade que não pode ser quantificado² (MINAYO, 2008). Sobre esse aspecto, Marília Amorim nos brinda com a seguinte reflexão:

Não há trabalho de campo que não vise ao encontro com o *outro*, que não busque um interlocutor. Também não há escrita de pesquisa que não se coloque o problema do lugar da palavra do *outro* no texto. Esta questão pode, evidentemente, ser evacuada. Podem-se utilizar métodos ou convenções de escrita que ignorem ou que esqueçam que, do outro lado, há um sujeito que fala e produz texto tanto quanto o pesquisador

² Não defendemos aqui a pesquisa qualitativa como única forma de pesquisa, isso fugiria aos preceitos que estamos defendendo. Consideramos a pesquisa quantitativa de extrema relevância em função dos objetos e objetivos que se deseja alcançar ao buscar compreender a realidade.

que o estuda. Pode-se, ao contrário, tentar dar conta dessa presença outra, desse estranho encontrado ou desencontrado na pesquisa. Nesse caso, os métodos, as técnicas e a própria escrita podem ser questionados de modo mais rico e crítico. (AMORIM, 2004, p. 16).

Vale salientar, no entanto, que qualitativo é um termo genérico que envolve uma multiplicidade de métodos de pesquisa e de suportes filosóficos, de acordo com os quais os pesquisadores devem apreender os fenômenos em seus cenários naturais, buscando compreendê-los em termos de sentidos compartilhados pelas pessoas. Especificamente, os estudos qualitativos perpassados pelo olhar sócio-histórico carregam outras nuances, pois procurando entender os sujeitos envolvidos, e seus contextos, considera os vários componentes da situação em suas interações sociais via linguagem e constituições recíprocas.

A partir do enfoque sócio-histórico, a pesquisa qualitativa ganha características próprias, pois tendo como fundamento o materialismo histórico-dialético, permite-se o movimento da aparência para a essência, do singular para o universal para alcançar o particular, levando em consideração a superação da dicotomia sujeito-objeto em busca da transformação da sociedade. As leituras de Bakhtin (2006), Amorim (2002) e Freitas (2002, 2003, 2007) nos possibilitaram uma aproximação ao tema.

Estamos diante de uma proposta de superação dos reducionismos que não concebem o homem como unicidade, membro da espécie humana e participante do processo histórico, homem concreto e social. Dialeticamente, defendemos ser preciso que uma pesquisa considere conhecer e agir, homem e realidade, vida e ciência enquanto partes de um todo. E assim se obtém a dialética: no diálogo e na polifonia. É pelas vozes que as entonações se soltam, também as palavras e réplicas vivas, onde se extirpam os conceitos e juízos abstratos (BAKHTIN, 2003).

Tratar a polifonia na pesquisa qualitativa é reger um coro de vozes que participam do processo de produção de conhecimentos. O pesquisador, enquanto regente, deve ser dotado de um ativismo especial, criando, recriando vozes e deixando que se manifestem com autonomia e liberdade. A polifonia se define pela convivência e interação de uma “multiplicidade de vozes plenas e consciências equipolentes, todas representantes de um determinado universo e marcadas pelas peculiaridades desse universo”. (BEZERRA, 2012, p. 195).

Separar conteúdo de um ato da sua realidade histórica de sua existência torna imperceptível sua valoração. É impossível compreensão sem avaliação, elas são simultâneas de um ato único e integral. Participam, então, o contexto e o sentido, sendo potencialmente inacabáveis, chamamos sentidos às respostas a perguntas.

Na pesquisa qualitativa com abordagem sócio-histórica deve-se valorizar o particular como instância da totalidade social, em toda a sua complexidade e seu acontecer histórico. É uma opção olhar os problemas humanos na perspectiva da sua relação com a cultura nos contextos das interações sociais, integrando o individual de cada sujeito da pesquisa com o social, compreendendo os fenômenos que nos propomos a estudar, descrevendo-os e procurando as suas possíveis relações nos contextos interlocutivos da pesquisa.

Nessa perspectiva, o sujeito apesar de singular e sempre social, sendo o movimento interlocutivo, nos textos criados pelos enunciados trocados entre pesquisador-pesquisado, que destrói, constrói e reconstrói os conhecimentos. A pesquisa é, pois, uma esfera social de circulação de sentidos. Os textos que dela emergem marcam um lugar específico de construção do conhecimento que se estrutura em torno do eixo da alteridade, possibilitando o encontro de muitas vozes que retratam e refratam a realidade (FREITAS, 2002, 2003, 2007).

Na pesquisa em humanidades, Bakhtin (2003) traz uma reflexão no texto “Metodologia das Ciências Humanas” que aborda algumas diferenças essenciais em relação às ciências exatas: a coisa muda *versus* o sujeito expressivo e falante enquanto objetos de estudo. Ao defender que o homem em sua especificidade humana, em processo de expressão e criação são o objeto das Ciências Humanas, defende que o objeto falante é inesgotável em sentido e significado, é um ser que nunca coincide em si mesmo, portanto não é possível estudá-lo independentemente dos textos signos que cria ou que poderão criar. E sobre isso podemos dizer que o autor caracteriza as Ciências Humanas como ciências do texto.

O pesquisador, ao encontrar-se com o pesquisado, também sujeito falante, vivencia uma situação cuja interação se dá entre sujeitos, sendo a partir desta interação que se dá a participação ativa do acontecimento da pesquisa. Defende Freitas (2002, p. 24-25) que “o homem não pode ser objeto de uma *explicação*, produto de uma só consciência, de um só sujeito, mas deve ser também *compreendido*, processo esse que supõe duas consciências, dois sujeitos, portanto, dialógico”. Há, pois, uma participação viva do pesquisador e do pesquisado no processo investigativo, pois além de serem participantes são sujeitos intelectuais e sociais ativos, que se ressignificam nesse processo.

Na pesquisa qualitativa dialógica, o pesquisador faz parte da situação de pesquisa, sua ação e seus efeitos tornam-se também constitutivos das análises. Seus contextos sócio-históricos e culturais devem ser considerados também, pois, enquanto ser social leva para a investigação tudo que o constitui, a partir do seu horizonte social. A maneira que o pesquisador lê os textos e os acontecimentos está impregnada pela perspectiva teórico-metodológica que conduz seu estudo.

À compreensão e crítica da cultura defendidas na perspectiva bakhtiniana corresponde à reflexão em função da ação de transformar. Configuram a pesquisa enquanto um ato responsivo, ato que compromete. Falamos então de compreensão responsiva, que implica um posicionar-se, uma resposta à resposta situada no contexto do movimento interlocutivo. Segundo Bakhtin (2003, p. 271) “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva... toda compreensão é preche de respostas... o ouvinte se torna falante”.

É importante esclarecer que não estamos falando que o pesquisador precisa emudecer o texto do pesquisado, pois “o fundamental é que a pesquisa não realize nenhum tipo de fusão dos dois pontos de vista, mas que mantenha o caráter dialógico, revelando sempre as diferenças e a tensão entre elas”. (AMORIM, 2006, p. 98-99). Nesse encontro dialógico entre sujeitos que intercambiam enunciados, resistem, argumentam nem sempre há harmonia. Mas é por meio das trocas possibilitadas pela linguagem que mútuas transformações são geradas em seus interlocutores.

Considerando esse movimento transformador, localizamos a pesquisa-intervenção. Esta pode ser considerada como um paradigma de pesquisa que através de uma variedade de métodos, “aproxima de forma singular pesquisador e pesquisado, numa atividade em que ambos se conhecem, aprendem e (se) transformam”. (CASTRO, 2008, p. 28).

Possibilidades de pesquisa-intervenção são trazidas por Lúcia Rabello de Castro e Vera Lopes Besset, no livro organizado sob o título *Pesquisa-intervenção na Infância e Juventude* que reúne vários pesquisadores (por exemplo, Francisco Teixeira Portugal, Maria de Fátima Quintal de Freitas, Leny Sato, Solange Jobim e Souza, Raquel Gonçalves Sagado, Luciana Lobo Miranda e Maria Costa Moreira) e exploram modos de compreender este método de pesquisa e suas implicações. As autoras apontam que a pesquisa-intervenção propõe a articulação entre

[...] o modo de construir o próprio problema e a questão de pesquisa a serem investigados, de modo que o entrelaçamento entre o que estava sendo investigado e o modo de investigar se colocasse como aspecto marcante, sinalizando momentos analiticamente distintos, porém inseparáveis, do ato da pesquisa. (CASTRO; BESSET, 2008, p. 9).

Problematizar permanentemente a atividade do pesquisador é um eixo das pesquisas-intervenções, pois é preciso trazer para o processo de pesquisa questionamentos da ordem das relações entre o que se pesquisa e como se pesquisa. Neste ponto, situa-se o fato da pesquisa-intervenção ser defendida como uma opção política diante das formas de dominação em que há participação de práticas acadêmicas.

Dessa maneira, é preciso o pesquisador estar aberto às peculiaridades dos contextos, em seus textos e em suas dimensões culturais e históricas, locais e globais; também às singularidades das trajetórias das instituições e das organizações, das pessoas e coletivos presentes direta ou indiretamente na pesquisa. Abertura e sensibilidade no pensar, olhar, fazer, sentir e escrever devem estar presentes, esta é uma escolha ética.

Com a pesquisa-intervenção, as reflexões sobre estudos com grupos politicamente minoritários são descortinadas, o campo da infância e juventude ganha destaque, e nesse contexto as relações de assimetria entre pesquisador e pesquisados são tensionadas. As formas de aproximação e de construção de sentidos e o trabalho realizado deixam entrever que o desenvolvimento da pesquisa é fruto de um processo de negociação entre os envolvidos e que depende das circunstâncias presentes (MIRANDA, 2008; FREITAS, 2010; KRAMER; LEITE, 2007; PORTUGAL, 2008; SATO, 2008).

A implicação é entendida aqui como comprometimento com aquilo que pesquisa, pois o pesquisador implicado considera o ato de pesquisar como não divorciado de uma posição ética e política sobre o objeto de pesquisa e os sujeitos com quem dialoga (CASTRO, 2008). Assim, busca-se incluir a participação desses sujeitos inserindo-os como parceiros no campo de pesquisa e não como meros informantes.

Implicação refere-se ainda à presença, à forma de indagar, visto que, como sugere Sato (2008, p. 175), “formular perguntas e convidar à reflexão são formas de intervenção”. Citando o exemplo de que quando perguntamos e levamos o outro a pensar e posicionar-se já estamos “intervindo” e não apenas “pesquisando”, a autora diz que o hiato entre a atividade de conhecer a realidade – pesquisa – e a atividade de interferir na realidade – intervenção – é menor do que se supõe, quiçá nem exista. Intervimos no ambiente mesmo que não tenhamos essa intenção, ao mesmo tempo somos transformados nesse processo.

Solicitados a pensar sobre essa questão, torna-se oportuno perguntar-nos como desenvolver pesquisas que, de fato, possam promover nas relações humanas contextos e sentidos que catalisem processos de democracia e solidariedade? Quais perguntas e formulações instigam a busca de informação e reflexão? Como elucidar processos de pesquisa que promovam o diálogo e, por meio dele, saberes compartilhados?

Maria de Fátima Quintal de Freitas, em seu texto “Juventude e vida cotidiana perspectivas da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana”, aborda o compromisso em desenvolver trabalhos de intervenção comprometidos não só com a construção de um conhecimento afeito à

realidade concreta das pessoas, mas fundamentalmente que possa subsidiar caminhos para lidar com os problemas reais da população. É preciso que as pessoas se tornem autoras e atrizes de suas histórias cotidianas de transformação, e que as pesquisas viabilizem seus participantes a buscarem relações mais justas e dignas (FREITAS, 2008). Assim é que encontramos na pesquisa-intervenção uma proposta metodológica que coaduna com os princípios de alteridade e de dialogismo trazidos a partir de Bakhtin.

PESQUISA ENQUANTO TRADUÇÃO, COMPREENSÃO E CONSTRUÇÃO

Desde a escolha de um aporte teórico-metodológico que ajuda os pesquisadores em suas miradas sobre o objeto de conhecimento, perpassando a elaboração de questões que problematizam o tema, embocando no trabalho de campo junto aos participantes, estamos participando de um diálogo, escolhendo, comparando. Também na escrita e, finalmente, na leitura de uma obra final de pesquisa, estamos falando de/em tradução. Tradução esta que mantém uma ligação constitutiva com a compreensão, com o diálogo e com a alteridade.

Foi com Marília Amorim (2004) que passei a assumir que é necessário pensar o pesquisador enquanto tradutor, pois nós construímos e/ou até mesmo destruimos um objeto de conhecimento em função da forma como nos relacionamos com os interlocutores no campo e no texto. Nesse sentido, a alteridade não se encontra só nas relações face a face, mas também é essência na escrita, visto que o contexto da interlocução, o auditório social e a enunciação são reconstituídos na/pela realidade escrita. É com Bakhtin (2010) que buscamos algumas ideias para embasar a escrita enquanto processo e ato.

Quando um pesquisador busca expor um campo em escrita ressurgem as dificuldades em matéria de relações de alteridades, sendo um desafio a constituição de um texto enquanto representação do trabalho que foi sendo construído de maneira conjunta, em diálogo permanente com os demais sujeitos envolvidos na pesquisa – os autores e os sujeitos colaboradores. Portanto, uma das questões que se colocou diante de mim enquanto pesquisadora em formação foi: como, por meio da escrita, conseguir uma tessitura intencionalmente dialógica e polifônica para apresentar o trabalho de campo e sujeitos – os contextos dialógicos, as enunciações e os enunciados? Como fazer a polifonia constitutiva do campo se tornar presente na minha escrita? Será possível uma escrita de pesquisa que recupere a vida toda vivida no campo?

Marília Amorim (2004) nos possibilita uma imersão esteticamente interessante para pensar que o trabalho de pesquisa é uma tradução do que é estranho para algo familiar e do que é familiar

para o estranhamento. Nesse movimento de estar perto e longe, “o ponto de partida é a diferença: o outro é posto como enigma” (p. 24). A autora nos faz refletir que ao imergir no cotidiano da pesquisa a familiaridade pode ser causa de nossa cegueira, pois considerar o outro como próximo e familiar pode dificultar ou, por vezes, impedir mesmo de ver aspectos importantes para a nossa pesquisa. Na busca de construir o objeto de pesquisa, inicialmente é preciso atribuir à alteridade uma dimensão de estranheza buscando um verdadeiro distanciamento com o propósito de admiração, espanto, não evidência. “A atividade de pesquisa é uma espécie de exílio deliberado onde a tentativa é ser hospede e anfitrião ao mesmo tempo” (p. 26).

Nesse contexto, o pesquisador é aquele que sai do seu território indo em direção ao país do outro para construir uma escuta de alteridade e poder traduzi-la. Mas como traduzir, enquanto se estar em processo de aprender a compreender a relação pesquisador-pesquisado e suas implicações nos espaços e tempos de construção de conhecimentos também em processos?

A pesquisa é pura coexistência, do pesquisador e do outro, do estranho e do familiar, do embeber-se e do extrair-se, da alteridade e da tradução. Da teoria ao campo e do campo à escrita as relações de alteridade são constituídas entre o pesquisador e o pesquisado. Essa busca de ir ao encontro deste outro, de falar dele a partir do que ele diz, de escutá-lo, de traduzi-lo, exige do pesquisador um estranhamento crítico diante de uma realidade que para ele se mostra familiar, mas ao mesmo tempo não podemos dizer que estar familiarizado signifique conhecer a lógica das relações (SANTOS, 2012).

Na experiência de traduzir, é preciso considerar que o autor de um texto, no contexto da escrita, estará sempre respondendo a algumas questões, fazendo e refazendo outras, estará, pois, produzindo sentidos. Além disso, vale acrescentar que ao construir os discursos que fazem parte de um texto, estão presentes vozes múltiplas, silêncios múltiplos e múltiplas vozes silenciadas, pois no contexto da linguagem bakhtiniana a interação verbal é sempre arena de lutas, onde não há palavra que não se dirija a alguém, nem discurso que não inclua em sua estrutura a presença desse outro, seja no modo como dizemos algo, na entonação dada ao dito, seja na escolha dos elementos semânticos, nas palavras escolhidas em função de quem são os interlocutores. Esse ângulo de visão, que concebe as questões, entendendo-as como imersas num contexto histórico não linear e eminentemente ideológico, só pode perceber o conhecimento como perspectiva.

Tradução é linguagem. Ferreira Gullar³ em seu poema intitulado *Traduzir-se* apresenta em um dos trechos que “uma parte de mim é só vertigem: outra parte, linguagem”. Considerando as

³ *Na Vertigem do Dia* (1975-1980). Extraído do site: <<http://www.revista.agulha.nom.br/gula.html#traduzir>>.

antinomias existenciais presentes no poema, uma parte não exclui a outra, mas definem-se pela complementaridade. Assim, na parte de mim que traduzo como vertigem há linguagem, e na parte que sou linguagem há vertigem.

Parafraseando o autor, diria que uma parte da tradução é linguagem a outra é vertigem, e uma parte engendra-se a partir da outra. Assim, o texto de pesquisa enquanto tradução comporta o risco do erro e da ilusão. Geralmente, no entanto, os pesquisadores buscam expurgar os possíveis erros, deslizos, ilusões e fracassos que ao lado dos nossos sucessos fazem parte do processo de pesquisa.

Uma reflexão acerca dessa questão é apresentada por Leandro Konder (2008) quando ele aponta que a partir de uma ideologia calçada e vestida pelos “princípios do mercado capitalista”, temos uma visão de homem como super-herói. Na sociedade modernizada “o sujeito precisa exibir suas qualidades, ostentar seus êxitos”. Nesse contexto, as derrotas devem ser silenciadas, pois não são relevantes para constituir nosso *curriculum vitae*. Ao olhar para o passado em busca de pensar sua vida, o sujeito o reconstitui a partir de uma ótica descaradamente “triumfalista”. Quantas vezes escutamos que devemos superar nossos fracassos, esquecê-los, dar a volta por cima e seguir em frente focalizando o êxito? Nada de se permitir errar porque não temos tempo para isso devemos ser “competitivos”.

Na pesquisa, semelhante situação coloca o pesquisador em um lugar de não erros, não diálogos. Aquele que não assume e não (d)escreve suas dúvidas, seus deslizos metodológicos e teóricos, impedindo-os muitas vezes de analisar algo que poderia ser tão constitutivo da pesquisa como as hipóteses confirmadas.

Em busca apenas de conhecimentos generalizantes, do rigor metodológico e da objetividade científica que não permite errar e, a partir daí refletir e reinventar. Muito do que poderia se tornar matéria formativa para o pesquisador, e matéria significativa para entender a produção do conhecimento é deixado à margem.

Consideramos que é no campo específico desta ação construtiva de erro-reflexão-crítica, por meio da escrita, que o pesquisador pode ver-sentir os problemas no interior da pesquisa de outro modo, o que constituirá novas formas de constituir-se. “Trazer para o texto o burburinho cotidiano desse processo talvez seja o maior desafio que se coloca ao pesquisador” (PEREIRA, 2012).

Contrapondo-se a esse pensamento, por considerar que os erros e as dificuldades também são parte de nossas histórias, Konder (2008) nos convida a reabilitar a autocrítica, pois “se vivemos uma vida precária e finita, nossas forças são limitadas, o medo e a insegurança nos frequentam; e

nada disso aparece no *curriculum vitae* de cada um de nós”. Assim, em busca da autocrítica o autor propõe que elaboremos o nosso *curriculum mortis*, visto que ao reconhecer francamente nossos fracassos e assumir autocriticamente os momentos “noturnos”, aumentamos as possibilidades de nos conhecermos e de nos aperfeiçoarmos.

Essa discussão torna-se bem pertinente ao pensar a construção do conhecimento, pois cada vez mais, enquanto professora de metodologia da pesquisa, tenho aprendido que o erro faz parte do processo de investigação científica. Talvez o maior erro do pesquisador seja subestimar esse aspecto, pensando que é possível uma tradução com exatidão e precisão. Sobre isso, Bakhtin (2003) observa: “Nas ciências humanas, a precisão é a superação da alteridade do alheio [...]” (p. 409).

Tradução é compreensão, ambas são mediação. Tradução é pluralidade de vozes, cruzamentos e pontos de encontros e desencontros. Mas há sempre algo que não cabe na tradução, pois ela é também memória e esquecimento, reminiscências e antecipação dos discursos passados e futuros. Ela é avaliação. Além disso, há algo que não se traduz dos contextos dialógicos, os risos, as lágrimas, os silêncios, os barulhos, os aplausos e as vaias que tiveram lugar nos encontros do pesquisador com os pesquisados.

Há sempre um hiato entre o experienciado e a tradução. Mesmo que um pesquisador deseje traduzir tudo que viveu no campo, tudo que escutou ou sentiu, faltarão palavras que o façam, há sempre um diferendo (AMORIM, 2004), aquilo que não conseguimos traduzir, mas só sentir.

Ademais, traduzir e compreender só podem ser feitos pelo prisma da relação. Tradução e compreensão são relação. É nossa relação com o objeto que o define, mas esta pode ser mecânica e externa se não há uma unidade interna do sentido. A escrita da pesquisa enquanto vivenciamento criador ativo traduz também o próprio pesquisador: ao traduzir o objeto, estamos também traduzindo a nós mesmos na esfera ética e política. Há uma profunda vitalidade e dinamismo presentes, visto que o acontecimento estético é da ordem do duo, só podendo se realizar na presença de duas consciências. O outro me compõe e eu sou o outro dele, em ambos o inacabamento é constitutivo do humano.

Não se pode esquecer, no entanto, que o processo de pesquisa é fundado pelo pesquisador, sendo este quem o instaura definindo seu início e seu fim, quem recorta do vivido/pensado o que transforma em texto. Portanto, o que trazemos a seguir aborda como um acontecimento de pesquisa permitiu repensar aspectos teórico-metodológicos “naturalizados” no processo de pesquisa.

UM POUCO DO CONTEXTO ENUNCIATIVO – O PRIMEIRO ENCONTRO RESSIGNIFICANDO O TCLE

Como encontrar o outro, como fazê-lo falar, como se fazer ouvir, como compreendê-lo como traduzi-lo, como influencia-lo como deixar-se influenciar por ele...
(Marília Amorim)

Esta parte do texto buscará apresentar um recorte de um diálogo de um jovem com o pesquisador e suas implicações no processo de pesquisa. Antes, porém, é oportuno dizer que viver a pesquisa como abordada nas linhas ulteriores traz um enorme desafio, pois ao assumir e reconhecer que “[...] as Ciências Humanas têm como objeto o homem mergulhado e constituído no fluxo incessante da linguagem que não conhece caminhos retos e previsíveis” (LACOMBE, 2004, p. 29), surgem alguns questionamentos metodológicos: como pensar os encontros de campo e propor estratégias enquanto acontecimentos que propiciassem a formulação de diálogos? Como encontrar o outro e se deixar ser encontrada? Como construir um campo de pesquisa alteritário e dialógico?

A pesquisa de campo, entendida também como procura, mobiliza pensar quais estratégias podem ajudar a procurar e se aproximar dos sujeitos colaboradores do estudo. Assim, é preciso pensar as estratégias de aproximação e de coleta de dados como algo que pode ser construído ao longo do caminhar e no diálogo. Uma das primeiras noções orientadoras para pensar nas estratégias de aproximação aos sujeitos é que elas possibilitem tratar os interlocutores pesquisados como identidades, subjetividades, como seres humanos, complexas estruturas histórica e socialmente organizadas. Um segundo aspecto é possibilitar que as enunciações alheias sejam vistas como textos em contextos, como respostas a respostas, e não como reações.

Para operacionalizar o que aqui foi trazido, é tempo de nos direcionarmos para alguns aspectos da prática que ocorreram no trabalho de pesquisa que deu origem a estas reflexões. Para tanto, será trazida uma lembrança do primeiro contato com os jovens, reconstruindo alguns aspectos do que aconteceu, antes mesmo de iniciar a pesquisa, por isso trarei o texto em primeira pessoa.

Foi conversando com Israele, uma jovem estudante de Licenciatura em computação da Universidade EPB, que tomei conhecimento do ProJovem em Patos. Após um de nossos encontros nas aulas que ministro do componente curricular de Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento, falávamos sobre como os jovens da cidade de Patos não possuem muitas alternativas de lazer e entretenimento, então ela me citou que já havia participado do ProJovem para não ter que ficar um ano sem estudar, já que não havia sido aprovada no processo vestibular naquele ano (final de 2009). Conversamos sobre eu estar fazendo o doutorado em Educação e que a

temática envolvia os jovens. A partir dessa conversa, obtive a informação sobre um grupo de jovens do Programa ProJovem⁴, que poderiam colaborar com a pesquisa.

No município de Patos⁵, o ProJovem Trabalhador foi fruto da parceria do governo do Estado, da Prefeitura Municipal e do Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente, além de outras quinze instituições. Foi realizado no Centro Social Urbano (CSU), no bairro do Jatobá, e contou com a participação da secretária municipal de Ação Social de Patos e do secretário executivo de Articulação Social e Orçamento Participativo, que também era o agente de formação junto aos jovens colaboradores deste estudo. Após conseguir as informações detalhadas sobre o local de reuniões do ProJovem Trabalhador em Patos, no início do ano de 2010, fiz a primeira visita mantendo o contato inicial com 24 jovens no final de uma tarde: era um grupo do ProJovem Trabalhador e o curso que eles participavam era de pizzaiolo.

A escolha desse grupo deveu-se ao fato de que o programa congrega um grupo de trabalho com jovens, de camadas populares e tem como um de seus objetivos a ampliação do acesso deles à cultura, o que se mostrou um campo fértil para as discussões e produções que buscávamos. Após contatar o coordenador do CSU e explicar os objetivos que me levavam até ele, obtendo seu aval para conversar com os jovens, fui me apresentar e levei uma proposta resumida sobre o que versava a pesquisa. No entanto, alguns jovens solicitaram que eu passasse no dia seguinte para explicar melhor sobre a pesquisa, pois vários deles residiam longe e já iriam embora.

No dia seguinte, organizei um material explicativo do projeto, tipo um folder, e solicitei a um dos presentes que fizesse a leitura. Algumas questões surgiram sobre como seria esse trabalho, se eles precisariam pagar alguma coisa, se teriam que comparecer em outro horário para participar do estudo, o que era mesmo um doutorado etc. Um dos objetivos maiores nesse momento foi deixar

⁴ Na Paraíba, o ProJovem Trabalhador teve o termo de adesão ao programa assinado pelo governador José Maranhão e o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, no dia 26 de junho de 2009, no Palácio da Redenção. A previsão era de que em 2010, quinze mil jovens fossem atendidos pelo programa na Paraíba, segundo metas do MT. No caso da Paraíba, os municípios selecionados tiveram duzentas turmas de capacitação para jovens em áreas como Telemática, Administração, Alimentação, Construção e Reparo, Metalmecânica, Vestuário, Turismo e Hospitalidade, Gráfica, Arte e Cultura, Esporte e Lazer e Agroextrativismo. Informações obtidas em conversas informais e no site: <www.paraiba.pb.gov.br>.

⁵ Em relação a Patos, este é um município paraibano que dista 301 km de João Pessoa (capital), encontra-se na mesorregião do Sertão Paraibano, no centro do estado, com vetores viários interligando-o com toda a Paraíba e viabilizando o acesso aos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Patos conta com uma população de cerca de cem mil habitantes (IBGE, 2008). A cidade é considerada um pólo educacional e conta com três campus universitários, sendo um federal, um de iniciativa privada e um estadual, além de pontos de ensino superior à distância, o que desperta o interesse também de jovens de municípios e estados circunvizinhos, fazendo do município de Patos lócus de circulação de jovens e de suas produções culturais, em que muitos re-inventam suas tradições e produzem conhecimentos para lidar com o cotidiano.

claro que a participação na pesquisa não era uma obrigação, mas sim uma escolha. Assim, nem todos decidiram participar.

Esse primeiro momento de aproximação nos permitiu pensar que não é só o pesquisador quem “escolhe” os participantes que irão colaborar com um estudo científico, mas que ele é também “escolhido” pelos participantes no processo de pesquisa. A relação estabelecida no campo também é força motriz no conhecimento produzido, situado a partir desta relação humana.

Após essa conversa, negociamos que os encontros seriam semanais e o formador do ProJovem cedeu duas horas no final das tardes de quinta-feira para nos encontrarmos. Nesse primeiro encontro, um aspecto mostrou-se importante de ser pensado no âmbito da pesquisa, um pouco do contexto enunciativo é apresentado abaixo em busca de ajudar a compreender o acontecimento.

Após nossa conversa sobre os objetivos da pesquisa e como poderiam acontecer os encontros, fiz a leitura do TCLE e expliquei aos que concordassem em participar da pesquisa que, por favor, assinassem o documento em duas vias, uma para a pesquisadora e outra para o sujeito pesquisado. Perguntei novamente se alguém queria falar alguma coisa, tirar dúvidas ou dar alguma sugestão, e Alessandro pediu para lermos juntos novamente o TCLE.

Pesquisadora: *Leram?*

Alexsandro: *Li e daí? Não entendi nada!*

Pesquisadora: *Sobre o que o documento fala? Pensei... e verbalizei.*

Alexsandro: *Olha, eu até entendo o que tá pedindo. É pra eu dizer se vou ou não participar do estudo, mas ainda acho que ele é só um papel.*

Esse recorte do diário de campo⁶ foi trazido para ilustrar que mesmo antes da pesquisa iniciar, algumas questões de ordem metodológicas já precisam ser aprofundadas.

Tudo que Alessandro trazia silenciava todos. Não consigo traduzir o que nos aconteceu naquele momento. Pois, como geralmente faço nas pesquisas que desenvolvo, levei um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para ser assinado, após as apresentações e explicações a respeito da pesquisa, por aqueles que desejassem participar do estudo, tendo em vista o cumprimento de uma resolução e também de uma etapa da pesquisa.

⁶ As apresentações dos contextos enunciativos e recortes dos diálogos serão apresentados em caixas de textos. As caixas de cor azul representam parte do diário de campo da pesquisadora com os comentários da mesma; já as caixas de cor verde retratam parte do diálogo *Ipsis litteris*. Buscamos, desta maneira, trazer para o texto as condições de enunciação apresentando quem disse, a quem disse, em quais circunstâncias disse, isso ajuda a situar o leitor no movimento da interlocução e deixar que o interlocutor fale determinadas coisas por ele mesmo no diálogo com o pesquisador. Essa forma de apresentação foi baseada na dissertação de Renata Lucia Baptista Flores (2011). *A gente se vê por aqui?* Percepções de espectadores infantis sobre crianças na televisão. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação de Educação da Uerj.

No campo e na escrita, enquanto pesquisadora que naturalizou o uso de um documento como parte obrigatória da pesquisa, senti-me desnaturalizada. Quando isto ocorreu tive, então, a oportunidade e necessidade de rever algo que já estava dado para mim: o TCLE servia para cumprir uma função de norma, mas que, muitas vezes nada diz. Talvez a questão fosse essa mesma, o texto ali não dizer nada, pois por ser tão padrão não explicava o que necessita no contexto singular de cada pesquisa. Aliás, essa possibilidade de consentimento livre e esclarecido é algo muito mais complexo do que a assinatura de um termo, e isso quase nunca é refletido pelos pesquisadores ou membros dos comitês de ética.

Indo na contramão, Borracci et al. (2007), ao discutir sobre a questão da ética na pesquisa, apresenta alguns aspectos históricos que situam o entendimento de como o TCLE tornou-se parte normativa da pesquisa envolvendo seres humanos. É baseando-se no seu artigo que algumas das questões sobre eticidade na pesquisa são trazidas.

Pode-se dizer que tem havido um enfoque crescente sobre a proteção dos seres humanos que participam de pesquisas e a documentação da revisão ética em estudos clínicos e não clínicos, principalmente devido às transgressões éticas denunciadas pela mídia. Nos últimos anos, as avaliações éticas passaram de praticamente uma ausência de normas para regulamentações bastante rígidas. Um exemplo são as exigências de aprovação do Conselho de Revisão Institucional (IRB) e obtenção do TCLE para pesquisas com humanos. Estas regulamentações existem há mais de duas décadas, e em muitos países exige-se que as pesquisas clínicas sejam aprovadas por um conselho de ética.

No caso do Brasil, algumas transformações das práticas de investigação foram mobilizadas desde a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 196/96 e complementares, que visam a “proteger os sujeitos de pesquisa e contribuir com a qualidade das pesquisas que queiram ser cientificamente fidedignas, metodologicamente corretas, moralmente aceitáveis e socialmente relevantes” (BRASIL, 1996).

Segundo o seu texto, esta Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

A resolução supracitada trata desde conceitos relacionados à pesquisa com seres humanos, tais como “riscos da pesquisa”, “vulnerabilidade” e “incapacidade”, até as implicações da eticidade nas investigações científicas, passando pelas exigências relacionadas ao consentimento livre

esclarecido, as considerações sobre riscos e benefícios, o formato do protocolo de pesquisa e a criação/operacionalização de Comitês de Ética em Pesquisa⁷ (CEP) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) (RAMOS et al., 2010).

Se os aspectos que se referem à legitimidade dos comitês de ética são discutidos como importantes – daí as orientações para sua composição e atuação – não podem ser esquecidas as questões mais relacionais na interlocução pesquisador-pesquisado, além de pensarmos as implicações do conhecimento produzido em Ciências Humanas. Por outro lado, podemos nos perguntar a que conjunto mais amplo de discursos e práticas se vinculam estas exigências normativas para a prática investigativa? O que comumente se observa são discussões que abordam a eticidade na pesquisa como se todo problema ético pudesse estar contido e ser enfrentado por meio de elaboração de normas. Um exemplo de como estas questões foram sendo ressignificadas ocorreu aqui, logo no início desta pesquisa com os jovens.

Mesmo sendo o uso do TCLE um dos aspectos mais referenciados, ele não é representante absoluto da eticidade, visto que nossos temas, nossas palavras-chave nos dizem de escolhas, compromissos e visões possíveis sobre a realidade. Portanto, aqui já se antevê uma intimidade entre o ético e o político. Esta relação entre o saber e a ética, ou os possíveis desdobramentos metodológicos desta relação não costumam ser explicitados pelos pesquisadores, tampouco pensados.

Acrescente-se o fato de que quando falamos de estudos qualitativos, as relações entre pesquisador e pesquisado nem sempre constituem aspectos abordados pelas normas regulamentadoras sobre ética em pesquisa com seres humanos. Inclusive, lidar com esse tipo de relação, tão próxima e baseada na confiança entre os envolvidos, coloca questões éticas diferentes daquelas de pesquisas que pressupõem um pesquisador neutro, objetivo, que busca distância e o não envolvimento com o pesquisado. Pesquisas como essas devem ser realizadas prioritariamente em nome de sua relevância social e não apenas em função de malefícios e benefícios para os sujeitos da pesquisa.

Outra razão para discutirmos a ética na pesquisa é trazida por Sonia Kramer (2002) ao problematizar três questões aparentemente comuns em procedimentos usuais por parte do pesquisador que estuda com crianças, são elas: 1) o uso dos nomes verdadeiros ou fictícios das

⁷ Aos CEP, organizados nas instituições que realizam pesquisas, cabe a revisão de todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nos estudos, em nome da sociedade e de forma independente, qualificando eticamente os projetos. Tornam-se, assim, corresponsáveis pela parte ética, juntamente com pesquisadores, instituições e patrocinadores (RAMOS et al., 2010).

crianças sujeitos da pesquisa nos relatórios; 2) a autorização e uso das imagens destas; e 3) as implicações e impactos sociais da devolução dos achados das pesquisas para as crianças e para as instituições estudadas. Considerando nosso referencial teórico que, tal como a autora, concebe a criança e os jovens como cidadãos, sujeitos históricos, criativos, produtores de cultura e de conhecimento, ao mesmo tempo em que são constituídos na história e na cultura que lhes são contemporâneos, não podemos nos eximir do nosso papel também como sujeitos sócio-históricos.

Nesta pesquisa, foi possível registrar como os jovens transformam e ressignificam o mundo com os elementos que esse mesmo mundo disponibiliza para eles. Assim, o foco maior ao pensar a ética na pesquisa com crianças ou jovens é discutir a questão da autoria e da autorização assumida pelos adultos representantes legais. Quando os responsáveis decidem o que é ou não adequado para a criança sem ter com ela um diálogo a respeito do que ela pensa, estamos realmente oportunizando a estes serem sujeitos de direitos e sujeitos da pesquisa?

Para a autora as decisões possíveis a respeito destas problemáticas oferecem-nos reflexões sobre a ética na pesquisa que talvez as normas e regulamentações não tenham considerado. Por exemplo, ao omitirmos o nome das crianças e jovens para protegê-los legalmente, usando números, nomes de objetos ou iniciais, torna-se um paradoxo quando consideramos a criança e o jovem sujeitos da pesquisa, pois desconsidera sua identidade, relegando-as a um anonimato. Neste caso, além da dimensão ética, temos a jurídica⁸. Como ser autor da sua voz ao mesmo tempo não expondo as crianças e jovens à situação vexatória? Temos aí um desafio metodológico, que longe de ser resolvido, mostra-nos como a ética na pesquisa é algo que precisa ser amplamente revisitado.

Esse momento inicial da pesquisa de campo mostrou-me que é de fundamental importância imaginar outros modos de olhar para qualquer coisa que se apresente carregada de autoridade e unidade. Longe de apontar respostas, é preciso problematizar que a ideia de livre consentimento e esclarecimento que o TCLE traz é limitada, no sentido que é apenas uma forma protocolar de proteger o pesquisador.

Na medida em que o termo é “igual para qualquer pesquisa”, ele não diz o que é a sua, ou seja, ele não esclarece aos interlocutores o que seja uma pesquisa, nem o tema de que trata. essa

⁸ Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) uma série de direitos é reconhecido em relação às crianças e aos adolescentes, por se encontrarem sob proteção do Estado. O Estatuto divide-se em dois livros: o primeiro trata da proteção dos direitos fundamentais a pessoa em desenvolvimento e o segundo trata dos órgãos e procedimentos protetivos. Segundo o ECA às crianças e adolescentes se deve assegurar “prioridade absoluta” na formulação de políticas públicas e destinação privilegiada de recursos nas dotações orçamentárias das diversas instâncias político-administrativas do país. Outra consequência da Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990, foi a substituição do termo “menor” por “criança e adolescente”, com a justificativa de que a palavra “menor” traz uma ideia de uma pessoa que não possui direitos.

discussão passa por outro caminho, pelo compartilhar do tema e da possibilidade de torná-lo um tema de interesse comum entre pesquisador e sujeitos da pesquisa. Como consentir sobre algo de que não se sabe bem o que seja e que só será construído no processo?

Esse primeiro contato estabelecido com os jovens do ProJovem Trabalhador tinha o intuito de iniciar a construção do processo de pesquisa e solicitar a colaboração destes para tal empreita. Já de início possibilitou uma reflexão, no sentido de perceber como a pesquisa se situa no banquete das subjetividades em construção. Isso corrobora a ideia da alteração recíproca, em que pesquisador e sujeitos de pesquisa estão em condição de intersubjetividade, onde não há eu que não constitua na relação com um tu.

Em um primeiro momento o pesquisador sócio-histórico é aquele que é recebido pelo outro, sendo sua busca a escuta de vozes, a busca por percepções, entendimentos e interesses. Penso que o importante é não esquecer que o interlocutor participa, portanto, da formação do sentido de um enunciado. Nenhum enunciado pode ter seu sentido atribuído apenas ao locutor. Ele produz-se sempre no espaço entre os dois papéis mínimos e, mais amplamente, na situação social complexa que produz o enunciado (AMORIM, 2004).

É ético considerar que a pesquisa é um encontro entre sujeitos, encontro que tensiona e engendra contradições, levando a uma ressignificação dos seus participantes. Bakhtin (1992) considera o conhecer um ato ético, que me integra com todo o conteúdo na unidade de minha responsabilidade. O conhecimento construído com o outro leva a um comprometimento, visto que ser no mundo compromete. Fazer pesquisa não é um ato solitário e individual. Ser pesquisador não é algo possível de abstrair-me, pelo contrário, exige de participação ativa, autocrítica constante, visto que é antes de tudo um ato responsável. Bakhtin oferece-nos uma perspectiva de pensar eticamente a produção de conhecimentos que consideramos adequada à postura de pesquisa que buscamos construir, principalmente na articulação proposta entre ética, estética e conhecimento.

Esse momento e movimento de rever o acontecido no campo, consiste em algo indispensável e ético na pesquisa, pois é parte relevante do processo compreensivo. A objetivação, por meio do excedente de visão, permite ao pesquisador dá forma ao que ouviu e complementá-lo com o que é transcendente à sua consciência. Foi na relação com os jovens e com o contexto pesquisado que as escolhas éticas, estéticas e políticas foram se constituindo mutuamente na relação autoria/alteridade, consistindo sempre num movimento de objetivação e subjetivação. Assim, o texto se constitui como um novo contexto, no sentido de que o que aqui vem sendo relatado já constitui outra enunciação, dirigida a outro alguém, pois a escrita já é outra cena enunciativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo conhecimento é sempre construído na inter-relação entre as pessoas, produzir um conhecimento a partir de uma pesquisa é, pois, assumir a perspectiva da alteridade e do dialogismo. Em todas as etapas da pesquisa, do planejamento à execução, bem como na própria escrita do texto de pesquisa estamos sempre mediando, escolhendo e traduzindo relações.

A partir da problemática trazida é possível suscitar a reflexão de que o pesquisador, durante o processo de pesquisa, é alguém que está em processo de aprendizagem, de transformações. O mesmo acontece com o pesquisado que, não sendo um mero objeto, também tem oportunidade de refletir, aprender e ressignificar-se no processo de pesquisa. Pesquisador e sujeitos de pesquisa estão em condição de intersubjetividade. A pesquisa é, pois, produção de conhecimentos e intervenção, em que a verdade produzida em diálogo será sempre uma verdade negociada entre os valores dos sujeitos em interação verbal.

Nos encontros de pesquisa a busca foi deflagrar discussões que não tendiam propriamente a atingir o consenso, mas que operasse com a emergência plural de discursos, com opiniões que podiam convergir ou se confrontar, deixando vir à tona toda a complexidade dos temas em questão. Enquanto pesquisadora, o desejo era incentivar uma postura crítica em que a organização autônoma do pensamento fosse o elemento chave de todo o processo.

O trabalho de campo numa pesquisa qualitativa de base sócio-histórica tem nas diferentes estratégias de encontrar o outro o desafio criar um espaço alteritário e polifônico, em que os envolvidos possam experimentar-se como participantes da construção dos conhecimentos ali trocados e construídos.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. *O pesquisador e seu Outro*. Bakhtin nas Ciências Humanas. 1. ed. São Paulo: Musa, 2004. 302p.
- _____. Abordagem sócio-histórica na pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p.7-17, jul. 2002.
- _____. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, B. *Bakhtin: outros conceitos chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 95-114.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2010.
- BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 191-200.
- BORRACCI, R. A. Revisão Ética e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido nas Publicações de Pesquisas Cardiovasculares na Argentina. *Arq Bras Cardiol*, 90(5): 317-321, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196 de 1996. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos.

-
- CASTRO, L. R. de. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. *Psicologia Política*, 14 (7), 2008.
- CASTRO, L. R.; BESSET, V. L. (Orgs.). *Pesquisa Intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Faperj; NAU, 2008.
- FLORES, R. L. B. *A gente se vê por aqui?* Percepções de espectadores infantis sobre crianças na televisão. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Educação, 2011.
- FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 116, p. 20-39, jul. 2002.
- _____. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: FREITAS, Maria Teresa de; JOBIM E SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia. (Orgs.). *Ciências Humanas e Pesquisa: Leituras de Mikhail Bakhtin*. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 26-38.
- A Pesquisa em Educação: Questões e Desafios. *Vertentes*, São João Del-Rei, v. 1, p. 28-37, 2007.
- _____. Discutindo sentidos da palavra intervenção na pesquisa de abordagem histórico-cultural. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção; RAMOS, Bruna Sola. (Orgs.). *Fazer pesquisa na abordagem histórico-cultural: metodologias em construção*. 1. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010. p. 13-24.
- KONDER, L. *O curriculum mortis e a reabilitação da autocrítica*. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/155-artigo/256-o-curriculum-mortis-e-areabilitacao-da-autocritica->>. Acesso em: 3 nov. 2011.
- KRAMER, S. Autoria e Autorização: questões éticas na pesquisa com criança. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 116, p. 41-59, 2002.
- KRAMER S.; LEITE M. I. (Orgs.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2007. p. 13-38.
- LACOMBE, R. B. *A infância dos bastidores e os bastidores da infância: uma experiência com crianças que trabalham em televisão*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004. 133 f.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- MIRANDA, L. L. Contribuições de Mikhail Bakhtin para a pesquisa-intervenção nas TVs comunitárias. In: CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes. (Orgs.). *Pesquisa-Intervenção na Infância e Juventude*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau; Faperj, 2008. p. 1-664.
- PEREIRA, R. M. R. Pesquisa com crianças. In: PEREIRA, Rita Marisa Ribes; MACEDO, Nélia Mara Rezende. (Orgs.). *Infância em Pesquisa*. (no prelo), 2012.
- PORTUGAL, F. T. A pesquisa-intervenção e o diálogo com os atores sociais. In: CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes. (Orgs.). *Pesquisa-Intervenção na Infância e Juventude*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau; Faperj, 2008. p. 178-204.
- RAMOS, F. R. S. et al. A eticidade na pesquisa qualitativa em saúde: o dito e o não dito nas produções científicas. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(Supl. 1):1673-1684, 2010.
- SANTOS, N. de O. Intimidade e estranhamento na pesquisa com crianças. In: PEREIRA, Rita Marisa Ribes; MACEDO, Nélia Mara Rezende. (Orgs.). *Infância em Pesquisa*. (no prelo), 2012.
- SATO, L. Pesquisar e intervir: encontrando o caminho do meio. In: CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes. (Orgs.). *Pesquisa-Intervenção na Infância e Juventude*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau; Faperj, 2008. p. 171-178.
- VASCONCELOS, T.C. Juventude(S): A alteridade na pesquisa com os jovens. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL: As Redes de Conhecimento e a Tecnologia, 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Uerj, 2009. v. 1.

RESUMO

A pesquisa, entendida como tudo o que vem antes e depois do campo, com tempos e lugares cujas relações estabelecidas possuem formatos e intenções diferentes, precisa ser problematizada. Assim, buscando conciliar dialogismo e alteridade, partiu-se das contribuições da abordagem sócio-histórica pautada no materialismo histórico-dialético, no intuito de pensar possibilidades de caminhos e de procedimentos teóricos e metodológicos. Objetivamos neste texto, a partir de um recorte de pesquisa de campo realizada com jovens do ProJovem Trabalhador no município de Patos (Paraíba), discutir o fazer e viver pesquisa, em suas diferentes etapas, enquanto um ato de intervenção, tradução, compreensão e construção na interação verbal estabelecida entre pesquisador-pesquisado. Considera-se, pois, que sempre é momento e tempo de reaprender e ressignificar aspectos da pesquisa, mesmo aqueles naturalizados ou normatizados.

Palavras-chave: Pesquisa qualitativa. Pesquisa-intervenção. Ética.

ABSTRACT

The research, understood as everything that comes before and after the field, with times and places whose relations established formats and have different intentions, needs to be questioned. Thus, seeking to reconcile dialogism and alterity, broke up the contributions of socio-historical approach guided the historical-dialectical materialism, in order to think of ways and possibilities of theoretical and methodological procedures. We aim in this paper, from a clipping from field research conducted with young ProJovem worker in the city of Patos (Paraíba), to discuss the research and live in their different stages as an act of intervention, translation, understanding and building on verbal interaction established between researcher and researched. It is considered therefore that is always time and time to re-learn and re-signify aspects of the research, even those naturalized or normalized.

Key words: Qualitative research. Research intervention. Ethics.

*Recebido em: fevereiro de 2013
Aprovado em: março de 2013*